

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/PGJ/2025

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Capital, na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, inscrito no CNPJ nº 03.464.870/0001-00, neste ato representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**, matrícula funcional nº 800132-4, residente e domiciliada em Campo Grande/MS, denominado CONTRATANTE, e a empresa **PN ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 41.104.031/0001-70, com endereço na Rua Dionysos, nº 348, Bairro Morada dos Deuses, na cidade de Campo Grande/MS, CEP 79.117-582, representada neste ato por **Pedro Nascimento Neto**, portador do da Carteira Nacional de Habilitação CNH nº ***82483*** expedida pelo DETRAN/MS e do CPF nº ***.143.041-**, doravante denominada CONTRATADA, **resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 015/PGJ/2025**, decorrente do Processo nº 09.2024.00008000-8, vinculado ao procedimento licitatório Concorrência nº 90001/PGJ/2024 - Eletrônica, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, pelas cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo para execução do Contrato nº 015/PGJ/2025**, por mais 1 (um) mês e 15 (quinze) dias; e o **reequilíbrio econômico-financeiro**, em conformidade com o artigo 124, inciso II, alíneas "b" e "d", c/c artigo 134, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA EXECUÇÃO

2.1. Pelo presente Termo Aditivo, prorroga-se o prazo para execução do Contrato nº 015/PGJ/2025, por mais 1 (um) mês e 15 (quinze) dias, com a alteração do item 2.1, da Cláusula Segunda, que passará a vigorar com a seguinte redação:

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços devem estar concluídos em **9 (nove) meses e 15 (quinze) dias**, contados a partir da emissão do Termo de Início dos Serviços.
(...)

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Por este Instrumento, reequilibra-se o valor do Contrato nº 010/PGJ/2025, em R\$ 10.958,62 (dez mil novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos), por acordo entre as partes.

3.2. Dessa maneira, o valor total da contratação, de que trata o item anterior, passa a ser de R\$ 1.853.360,65 (um milhão oitocentos e cinquenta e três mil trezentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos), e o item 10.1 da Cláusula Décima passa a vigorar com a seguinte redação:

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR, DA MEDIÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O valor contratual para a execução dos serviços é de R\$ 1.853.360,65 (um milhão oitocentos e cinquenta e três mil trezentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos);
(...)

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. Este Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

6.1. A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, mediante publicação de extrato no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 94, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Campo Grande/MS, (data da última assinatura digital/eletrônica).

(assinado digitalmente na lateral direita do documento)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva

PN ENGENHARIA
LTDA:4110403100
0170

Assinado de forma digital por
PN ENGENHARIA
LTDA:41104031000170
Dados: 2026.04.08 14:18:04
-03'00'

PN ENGENHARIA LTDA
Pedro Nascimento Neto

**Anexo II – Proposta Detalhe - Processo nº 09.2024.00008000-8 – Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 015/PGJ/2025
– Concorrência nº 90001/PGJ/2024 - Eletrônica – UASG - 930216**

Item	Especificação dos Serviços	Unidade	Quant.	Preço total (R\$)
1	Execução de reforma do muro da sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, situado na Rua Rio Doce, s/n, Bairro Jardim Veraneio – Campo Grande/MS, inclusive fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais necessários, conforme condições, localidade, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico e seus adendos (anexo I).	Serviço	1	1.842.402,03

Observações:

- Para a elaboração da proposta a licitante deverá observar, no que couber, a previsão de isenção de ICMS, conforme Decreto nº 11.403, de 19.9.2003 (Diário Oficial/MS nº 6086, de 22.9.2003), e alterações;
- Ao apresentar a proposta, a licitante declara que os serviços e/ou equipamentos por ela ofertados atendem integralmente às especificações e quantitativos estabelecidos nesta Proposta Detalhe, no Projeto Básico (e seus adendos), no edital e demais anexos.

(assinado digitalmente na lateral direita do documento)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva

PN ENGENHARIA
LTDA:4110403100
0170

Assinado de forma digital por
PN ENGENHARIA
LTDA:41104031000170
Dados: 2026.04.08 14:18:42
+03'00'

PN ENGENHARIA LTDA
Pedro Nascimento Neto

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****Extrato do Contrato de Cessão de Uso Gratuita nº 022/PGJ/2026**

Processo nº 09.2024.00008078-5

Partes:

1- Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, Romão Avila Milhan Junior;

2- União, por meio da Secretaria do Patrimônio da União, por meio da Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul, representada por seu Superintendente do Patrimônio da União, Tiago Resende Botelho.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 76, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Cessão de Uso Gratuita do(s) imóvel(is) descrito(s) no item 4, do(s) qual(is) a União é legítima possuidora, para a finalidade descrita no item 5.

Vigência: 06.03.2026 a 06.03.2036.

Data de assinatura: 6 de março de 2026.

Extrato do Segundo Termo de Aditivo ao Contrato nº 015/PGJ/2025

Processo nº 09.2024.00008000-8

Partes:

1- Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva;

2- PN Engenharia Ltda, representada por Pedro Nascimento Neto.

Procedimento licitatório: Concorrência nº 90001/PGJ/2024 - Eletrônica.

Amparo legal: Artigo 124, inciso II, alíneas “b” e “d”, c/c artigo 134, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Prorrogação do prazo para execução do Contrato nº 015/PGJ/2025, por mais 1 (um) mês e 15 (quinze) dias; e o reequilíbrio econômico-financeiro.

Valor: R\$10.958,62 (dez mil, novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos).

Vigência: 08.04.2026 a 07.11.2026.

Data de assinatura: 8 de abril de 2026.

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2025.00007845-0

Notificada: Elcio Rocha Costa Neto Ltda., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 37.876.086/0001-20, fica intimada a apresentar recurso administrativo no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados desta publicação, nos termos do artigo 30, da Resolução nº 30/2024-PGJ, em face da decisão que lhe aplicou sanção de advertência, com fundamento no subitem 13.8 c/c subitens 19.1, I e 19.2, alínea “a” do Edital do Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2025; e artigo 4º da Resolução nº 30/2024-PGJ. O recurso deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão a ser recorrida e protocolado eletronicamente para o e-mail sead@mpms.mp.br ou presencialmente no protocolo do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, durante o horário de expediente das 12h às 19h. Transcorrido o prazo para apresentação de recurso sem manifestação, a sanção será aplicada definitivamente e registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou em outro que porventura venha a substituí-lo. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Caso haja interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. A Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024, está disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download-compilado/82067>. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul pelo telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h, ou pelo e-mail sead@mpms.mp.br. Nada mais.

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2025.00007845-0

Notificada: Omais Comércio de Produtos de Informática Ltda., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 57.886.113/0001-53, fica intimada a apresentar recurso administrativo no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados desta publicação, nos termos do artigo 30, da Resolução nº 30/2024-PGJ, em face da decisão que lhe aplicou sanção de advertência, com fundamento no subitem 13.8 c/c subitens 19.1, I e 19.2, alínea “a” do Edital do Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2025; e artigo 4º da Resolução nº 30/2024-PGJ. O recurso deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão a ser recorrida e protocolado eletronicamente para o e-mail sead@mpms.mp.br ou presencialmente no protocolo do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, durante o horário de expediente das 12h às 19h. Transcorrido o prazo para